



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEICUTAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Por sua vez, a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP 11), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, publicada pelo CFC, especifica que as Notas Explicativas contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis, que seja relevante para a sua compreensão. Oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados, como também sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

Enumerados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988, como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais de Justiça estaduais, integram a justiça comum nos Estados juntamente com os Tribunais Federais. Sua competência e organização estão definidas na Constituição de cada Estado, e no respectivo Código de Organização Judiciária.

Com sede na capital e jurisdição em todo território do estado, **o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**, conta, atualmente, com uma força de trabalho de 52 (cinquenta e dois) Desembargadores, 553 (quinhentos e cinquenta e três) Juizes de direito e 7.994 (sete mil novecentos e noventa e quatro) Servidores Públicos ativos, atuando na área fim e na área meio, ambas no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando a pacificação social.

O custo necessário ao bom funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária. Por sua vez, a operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Para tanto, observa-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 24 de setembro de 2015, e alterações monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), por meio de Anexo à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado do Governo do Estado, contemplando os módulos de compras, licitações, contrato, patrimônio e almoxarifado, especialmente, devido a integração com o Sistema Corporativo eFisco, ferramenta de gestão da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os Órgãos e Entidades dos Poderes, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/08 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2001– Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Base das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).

O processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais está em andamento, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, a partir das informações registradas no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual. Estas notas referem-se a Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 - Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

2.1. Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Disponibilidades

Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, com: (i) acordos com servidores e ex-servidores, (ii) multas contratuais de fornecedores, (iii) convênios de cessão de pessoal, entre outros. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas. Essa conta possui natureza devedora, registrada como redutora do ativo. A metodologia de cálculo utilizada encontra-se detalhada no item 2.1.4 abaixo.

2.1.3 Estoques

Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abrangendo, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

2.1.4 Créditos a Longo Prazo

Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária, decorrentes, em sua maioria, de créditos a receber de acordos com servidores e ex-servidores, bem como descumprimentos contratuais. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

O MCASP (8º edição) não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	Ano 3	Ano 2	Ano 1
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.5 Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE/PE, anexo à prestação de contas anual do Poder, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)."

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos do FERM-PJ são transferidos para a unidade gestora TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

2.1.5.1 Bens Móveis

Os bens estão reconhecidos ainda a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Os procedimentos de avaliação estão em processo de discussão na instituição, tendo sido definido, com o intuito de melhorar a evidenciação desses ativos, que os bens móveis adquiridos nos últimos 10 anos seriam depreciados a partir de 2019 por meio de nova rotina do sistema informatizado de controle patrimonial, desenvolvida pela Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação. Entretanto, por questões operacionais, o início da depreciação não ocorreu.

2.1.5.2. Bens Imóveis

A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, com base na vida útil informada pela DEA.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

2.1.6 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

2.1.7 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

Quanto à depreciação, desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno para os bens imóveis avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, como também dos construídos a partir desse exercício. No entanto, tendo em vista à época de desenvolvimento do sistema de Gestão Patrimonial não ter previsto rotina de depreciação, o cálculo vem sendo realizado em planilha Excel, com base na vida útil definida pela DEA, adotando-se o método de quotas constantes.

Para os bens móveis, considerando a grande base de dados do Poder, como também a perspectiva que havia de implantação do módulo de patrimônio do PE-Integrado somente para o segundo semestre/2020, as áreas envolvidas definiram os parâmetros para construção da rotina de depreciação no sistema de Gestão Patrimonial do Poder, finalizada no segundo semestre de 2019 pela Secretaria da Tecnologia, Informação e Comunicação –SETIC

A implementação estava prevista para ocorrer ainda em 2019, especificamente para os bens adquiridos nos últimos 10 anos. Os demais seriam avaliados dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas vigentes. Porém, em função de problemas operacionais, a área competente não conseguiu implementar a depreciação.

Em relação ao procedimento de amortização, deu-se início em 2012, controlado por meio de planilha em Excel pela mesma justificativa anteriormente citada. A SETIC é a responsável pela definição do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida. A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método de quotas constantes e sem valor residual.

2.1.8 Passivo Circulante

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias, 13º salário e licença prêmio, verbas essas que são apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores que possuam dez ou mais anos de efetivo





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

exercício prestado, em acordo a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

2.1.9 Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.

2.1.10 – Apuração do Resultado

A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

Decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades.

É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

3.1. Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Conta Única	83.245,79	186.864,79
Contas Movimento	54.161,68	56.126,67
CDB/RDB	60.795.794,03	-
Fundos de Aplicação Financeira	29.929.611,66	55.453.257,02
Total	90.862.813,16	55.696.248,48

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição	2019	2018
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.730.825,76	3.730.825,76
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) ¹	(3.598.008,36)	(3.645.389,85)
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.761.152,92	1.824.472,36
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores ¹	(1.698.455,88)	(1.782.691,94)
Convênio de Cessão de Pessoal	2.477.610,54	1.787.787,24
Outros Créditos a Receber ²	684.727,96	15.799,21
Total	3.357.852,94	1.930.802,78

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O ajuste corresponde a 96,44%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.

² Referente créditos a receber da UG 070002-FERM. Em 2019, o acréscimo refere-se ao repasse dos recursos do FUNSEG, arrecadado por aquela UG.

Nota 3 – Estoques – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura e o outro de materiais médico e odontológico gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Descrição	2019	2018
Almoxarifado - Material de Consumo	5.144.779,55	6.343.048,53
Almoxarifado - Saúde	205.182,96	251.765,44
Total	5.349.962,51	6.594.813,97

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 4 – Créditos a Longo Prazo – Compreendem o valor a receber a título de Dívida Ativa não Tributária, relativos a multa contratual aplicada a fornecedor, multa por penalidade aplicada a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução, deduzido do ajuste para perda, que em 2019 representou 99,45%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.4.

Descrição	2019	2018
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	1.901.346,80	1.710.036,85
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(1.890.889,39)	(1.692.081,46)
Total	10.457,41	17.955,39

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade TJPE, em razão de o FERM-PJ não possuir ativos dessa natureza. Conforme exposto no item 2.1.5.2, há apenas o reconhecimento da depreciação dos bens imóveis já avaliados, bem como um imóvel cedido pelo TCE.

Descrição	2019	2018	Crescimento %
	(a)	(b)	(c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	713.324.636,85	711.187.758,70	0,30%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(32.825.581,37)	(23.028.490,13)	42,54%
Bens Móveis	242.036.107,77	237.499.679,35	1,91%
Total	922.535.163,25	925.658.947,92	-0,34%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo:





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Bens Móveis	2019	2018	Variação 2019 / 2018	Análise Vertical 2019	Análise Vertical 2018
Bens de Informática	102.006.335,62	96.243.602,12	5,99%	42,15%	40,52%
Móveis e Utensílios	63.442.521,17	64.493.698,65	-1,63%	26,21%	27,16%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas ¹	54.250.061,41	53.802.428,22	0,83%	22,41%	22,65%
Veículos	20.518.354,84	21.156.862,16	-3,02%	8,48%	8,91%
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.725.820,07	1.709.892,34	0,93%	0,71%	0,72%
Obras de Arte e Peças para Exposição	78.284,72	78.345,92	-0,08%	0,03%	0,03%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	14.729,94	14.849,94	-0,81%	0,01%	0,01%
Total ¹	242.036.107,77	237.499.679,35	1,91%	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A Contabilidade encontra-se a maior no montante de R\$ 402.633,67 em relação ao inventário físico, decorrente de processos de doações não encaminhados tempestivamente para baixa dentro do exercício.

Bens Imóveis	2019	2018	Variação 2019 / 2018	Análise Vertical 2019	Análise Vertical 2018
Edificações em Geral	553.358.442,93	499.664.704,99	10,75%	77,57%	70,26%
Terrenos com Edificações	95.062.522,38	96.687.334,35	-1,68%	13,33%	13,60%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	0,00%	3,90%	3,91%
Obras em Andamento	16.456.549,36	66.920.415,79	-75,41%	2,31%	9,41%
Terrenos sem Edificações	14.553.967,33	14.553.967,33	0,00%	2,04%	2,05%
Instalações	4.249.218,99	2.888.115,64	47,13%	0,60%	0,41%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%	0,18%	0,18%
Estudos e Projetos	325.726,11	807.512,54	-59,66%	0,05%	0,11%
Instalações em Andamento	219.293,89	566.792,20	-61,31%	0,03%	0,08%
Subtotal	713.324.636,85	711.187.758,70	0,30%	100%	100%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis ¹	(32.825.581,37)	(23.028.490,13)	42,54%	-	-
Total	680.499.055,48	688.159.268,57	-1,11%	-	-

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se à depreciação sobre Edificações em Geral, Instalações e Bens Imóveis Cedidos por Terceiros.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 6 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Detalhamento	2019	2018
Softwares em Uso	30.596.458,71	28.470.359,91
(-) Amortização Acumulada	(21.848.169,46)	(21.316.973,48)
TOTAL	8.748.289,25	7.153.386,43

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros, evidenciadas no quadro a seguir.

Descrição	2019	2018	Varição 2019 / 2018
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil ¹	63.695.977,31	79.032.740,90	-19,41%
Licença Prêmio ¹	29.558.292,42	28.602.479,88	3,34%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil ¹	20.583.965,30	25.588.354,06	-19,56%
Férias - Contribuição Patronal RPPS ¹	14.516.397,82	18.625.484,01	-22,06%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil ¹	4.029.302,50	3.922.080,00	2,73%
Pessoal de Exercícios Anteriores	733.773,78	1.571.606,43	-53,31%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	705.838,43	627.151,65	12,55%
Férias – Contribuição Patronal INSS ¹	405.465,88	363.239,14	89,47%
Contribuição Patronal ao INSS	688.237,07	291.801,35	38,95%
Demais Obrigações	27.945,00	91.017,84	-69,30%
Total	134.945.195,51	158.715.955,26	-14,98%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se a apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

Nota 8 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros, evidenciadas no quadro abaixo:





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	33.206.794,11	28.688.990,57
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	15.936.044,04	12.478.323,30
Consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	12.902.834,45	171.358,23
Demais Obrigações	624.793,62	727.629,34
Total	62.670.466,22	42.066.301,44

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 9 – Resultados Acumulados – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2019	2018
Resultado do Exercício ¹	41.724.112,68	26.181.759,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	(4.867.151,18)	(17.459.140,48)
Subtotal	36.856.961,50	8.722.618,88
Resultado de Exercícios Anteriores	795.679.450,01	786.956.831,13
Total do Patrimônio Líquido	832.536.411,51	795.679.450,01

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Avaliação das doações concedidas – Bens Móveis	(4.075.291,97)	(3.596.486,41)
Revisão da Vida Útil de Softwares	(596.801,19)	-
Amortização de Softwares (retificação)	(99.662,92)	-
Avaliação de Imóveis ¹	(95.818,36)	15.129.639,50
Depreciação de Bens Imóveis (retificação)	423,26	17.853,31
Reconhecimento do Passivo com Licença Prêmio		(28.602.479,88)
Baixa de Imóveis		(324.567,00)
Baixa de veículos por sinistro		(83.100,00)
Total	(4.867.151,18)	(17.459.140,48)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se a ajuste dos bens doados no exercício, com base em avaliação realizada pelo setor de patrimônio do Poder, razão pela qual foi registrada como ajuste de exercícios anteriores, considerando que os bens estavam registrados a custo histórico. O valor líquido contábil foi baixado do ativo contra uma variação patrimonial diminutiva do período.

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964

Nota 10 – O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é também evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2019 o montante de R\$ 26.763.078,96.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964

Nota 11- Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações registradas a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012 em contas de controle associadas ao controle financeiro das contas bancárias, vinculadas a pagamentos de





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

precatórios, subordinados ao regime especial, que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 99/2017.

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/2019	31/12/2018
Estado de Pernambuco	91.412.602,24	222.056.149,28
Municípios	58.110.537,07	56.058.785,57
Total	149.523.139,31	278.114.934,85

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

Nota 12 - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado por destinação (fontes) de recursos.

3.5. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial – Resolução TCE nº 024/2017

O quadro abaixo foi elaborado, em atendimento ao item 12 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 65/2019, com a finalidade de evidenciar as contas relacionadas nos grupos do balanço patrimonial, indicados os respectivos atributos financeiro ou permanente, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UGE 070001
QUADRO ANALÍTICO DO BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Exercício Atual	EXERCÍCIO: 2019
			Em R\$ Exercício Anterior
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		90.862.813,16	55.696.248,48
(F) Conta Única - Caixa Econômica Federal		83.245,79	186.864,79
(F) Banco do Brasil		124,41	-
(F) Banco Santander		54.037,27	56.126,67
(F) CDB/RDB		60.795.794,03	-
(F) Fundos de Aplicação Financeira		29.929.611,66	55.453.257,02
Créditos a Curto Prazo		3.357.852,94	1.930.802,78
(P) Créditos a Receber Decorrente de Acordos com Servidores e Ex-Servidores		1.761.152,92	1.824.472,36
(F) Multas a Recuperar		-	529,31
(F) Outros Créditos a Receber		684.727,96	15.269,90
(P) Créditos por Outros Contratos		3.730.825,76	3.730.825,76
(P) Convênio de Cessão de Pessoal		2.477.610,54	1.787.787,24
(P) (-) Ajuste de Perdas de Créd. a Receber Decor. de Acordos com Serv. e Ex-Servidores		(1.698.455,88)	(1.782.691,94)
(P) (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber por Outros Contratos		(3.598.008,36)	(3.645.389,85)
Estoques		5.349.962,51	6.594.813,97
(P) Almojarifado - Material de Consumo		5.144.779,55	6.343.048,53
(P) Almojarifado - Medicamentos e Materiais Hospitalares	1	205.182,96	251.765,44
VPD Pagas Antecipadamente			
<i>Total do Ativo Circulante</i>		99.570.628,61	64.221.865,23
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		10.457,41	17.955,39
Créditos a Longo Prazo		10.457,41	17.955,39
(P) Créditos Inscritos Dívida Ativa Não Tributária		1.901.346,80	1.710.036,85
(P) (-) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa Não Tributária		(1.890.889,39)	(1.692.081,46)
Imobilizado		922.535.163,25	925.658.947,92
(P) Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas		54.250.061,41	53.802.428,22
(P) Bens de Informática		102.006.335,62	96.243.602,12
(P) Móveis e Utensílios		63.442.521,17	64.493.698,65
(P) Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação		14.729,94	14.849,94
(P) Obras de Arte e Peças para Exposição		78.284,72	78.345,92
(P) Coleções e Materiais Bibliográficos		1.725.820,07	1.709.892,34





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

(P) Veículos	20.518.354,84	21.156.862,16
(P) Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30
(P) Edificações em Geral	553.358.442,93	499.664.704,99
(P) Terrenos sem Edificações	14.553.967,33	14.553.967,33
(P) Terrenos com Edificações	95.062.522,38	96.687.334,35
(P) Bens Imóveis - Obras em Andamento	16.456.549,36	66.920.415,79
(P) Estudos e Projetos	325.726,11	807.512,54
(P) Instalações	4.249.218,99	2.888.115,64
(P) Instalações em Andamento	219.293,89	566.792,20
(P) Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56
(P) (-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(32.825.581,37)	(23.028.490,13)
Intangível	8.748.289,25	7.153.386,43
(P) Softwares em Uso	30.596.458,71	28.470.359,91
(P) (-) Amortização Acumulada - Softwares	(21.848.169,46)	(21.316.973,48)
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	<i>931.293.909,91</i>	<i>932.830.289,74</i>
TOTAL DO ATIVO	1.030.864.538,52	997.052.154,97

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		134.945.195,51	158.715.955,26
(F) Obrigações de Pessoal - Extra Folha	2	27.134,66	-
(P) Obrigações de Pessoal - Extra Folha		-	77.826,60
(P) Férias Vencidas sobre Folha Pessoal Civil		63.695.977,31	79.032.740,90
(P) Férias Vencidas - Abono Constitucional Folha Pessoal Civil		20.583.965,30	25.588.354,06
(P) Auxílio Alimentação s/ Férias Vencidas		4.029.302,50	3.922.080,00
(P) Licença Prêmio Vencida		29.558.292,42	28.602.479,88
(P) Folha Pessoal - Exercícios Anteriores		733.773,78	1.571.606,43
(F) Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exerc. Anteriores		-	13.191,24
(P) Encargo Patronal ao RPPS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil		14.516.397,82	18.625.484,01
(F) Contribuição ao Sassepe a Pagar	2	705.838,43	627.151,65
(F) INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações	2	688.237,07	291.801,35
(P) Contribuição Patronal ao INSS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil		405.465,88	363.239,14
(F) Contribuição a RPPS - Pessoal Requisitado à União	2	810,34	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		712.465,28	590.448,26
(F) Fornecedores Nacionais do Exercício a Pagar	2	691.975,44	590.448,26
(P) Obrigações com Fornecedores a Pagar		20.489,84	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		62.670.466,22	42.066.301,44
(F) Consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento		12.685.877,74	-
(F) INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento		216.956,71	171.358,23





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

(F) Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento	15.936.044,04	12.478.323,30
(F) Vencimentos, Salários e Pensões não Reclamados/Bloqueados	-	5.062,10
(F) Pensões não Reclamadas/Bloqueadas	7.873,24	-
(F) Depósitos de Cauções de Terceiros	579.884,21	397.510,87
(F) Depósitos de Terceiros	37.036,17	171.225,00
(F) Contribuições Outros Poderes a Repassar	33.206.794,11	28.688.990,57
(F) Subvenções Sociais a Pagar	2	153.831,37
<i>Total do Passivo Circulante</i>	<i>198.328.127,01</i>	<i>201.372.704,96</i>
<u>Passivo Não Circulante</u>		
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>	-	-
<u>Patrimônio Líquido</u>		
Resultados Acumulados	832.536.411,51	795.679.450,01
(P) Superávits ou Déficits do Exercício	41.724.112,68	26.181.759,36
(P) Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	795.679.450,01	786.956.831,13
(P) Ajustes de Exercícios Anteriores	(4.867.151,18)	(17.459.140,48)
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	<i>832.536.411,51</i>	<i>795.679.450,01</i>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.030.864.538,52	997.052.154,97

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2018, a conta era denominada como "Almoxarifado Saúde – Sede".

² São obrigações que já passaram pela execução orçamentária (empenho e liquidação), correspondente aos restos a pagar processados, que totalizaram R\$ 2.113.995,94 em 2019 e R\$ 1.663.232,63 em 2018.

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – Compreendem as Variações Monetária, no valor de R\$ 126.555,74 em 2019, e a Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, no valor de R\$ 4.377.495,62 no mesmo ano.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 2 – Transferências e Delegações Recebidas – Em 2019, foram recebidas apenas Transferências Intragovernamentais, as quais compreendem os duodécimos recebidos do Poder Executivo, bem como as transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidos do FERM-PJ, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE, apresentados no quadro a seguir. Destaca-se que as referidas transferências recebidas pelo TJPE aparecem como concedidas no FERM-PJ, anulando-se numa demonstração consolidada do Poder. Há ainda o recebimento de bens imóveis que estavam cedidos ao Poder executivo, importando em R\$ 402.570,96.

Descrição	2019	2018
Duodécimos Recebidos ¹	1.490.883.300,04	1.280.214.000,04
Bens Móveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	9.661.013,00	17.750.334,75
Almoxarifado - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	4.046.004,58	3.663.871,85
Bens Imóveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	9.749.612,25	40.360.094,30
Softwares – Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	5.599.791,98	2.386.149,61
Bem imóveis - Cessões Devolvidas Intra OFSS ²	402.570,96	405.636,32
Bens Móveis - Doações Recebidas da União	-	164.285,00
Bens Imóveis - Doações Recebidas de Municípios	-	192.000,00
Total	1.520.342.292,81	1.345.136.371,87

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2019, contempla R\$ 115.000.080,45 referente a crédito suplementar ao montante inicialmente previsto na Lei Orçamentária Anual, conforme Decretos nº 47.565/19, 47.794/19, 48.123/19 e 48.191/19.

² OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Nota 3 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Compreendem em 2019 os Ganhos com Incorporação de Ativos, no valor de R\$ 16.892,56, como também a Desincorporação de Passivos, no valor total de R\$ 55.490.357,86. Esta última abrange R\$ 52.675.043,92 decorrente de ajustes no passivo de férias e R\$ 2.815.313,94 referente a ajustes no passivo de licença prêmio, cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar, com base nas informações recebidas da Secretaria de Gestão de Pessoas, implicando em registros de VPA e VPD, a depender da variação do saldo do passivo.

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Compreendem a Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas. Compreendem também as Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, as quais abrangem, principalmente, a Receita





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

de Emolumentos e o Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição, conforme detalhado no quadro abaixo:

Descrição	2019	2018
Receitas Incidentes sobre os Emolumentos	4.989.542,85	-
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre os Emolumentos	(2.506,79)	-
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	4.509.711,21	5.062.580,61
Outras Restituições	706.705,36	1.146.269,59
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	131.617,55	366.094,61
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas Diversas	9.730,90	17.902,33
(-) Restituição de VPA decorrente de Fatos Geradores Diversos	(118.042,04)	-
Total	10.226.759,04	6.592.847,14

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Pessoal e Encargos – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios, conforme descrito no quadro abaixo.

O quadro abaixo evidencia as variações na unidade TJPE. A visão conjunta consta na demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2019	2018
Remuneração a Pessoal	1.175.509.680,69	1.007.377.551,19
Encargos Patronais	258.107.066,18	228.796.421,61
Benefícios a Pessoal	66.626.800,87	79.778.909,59
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	16.752.395,41	9.850.327,94
Total	1.516.995.943,15	1.325.803.210,33

Nota 6 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Evidenciam os valores pagos a título de Auxílio Funeral.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 7 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Evidencia o Uso de Material de Consumo, Serviços, Depreciação e Amortização, sendo as duas últimas calculadas conforme detalhado no item 2.1.7.

Descrição	2019	2018
Depreciação de Bens Imóveis	10.022.052,94	8.451.534,65
Uso de Material de Consumo	5.307.748,60	4.572.375,50
Amortização de Intangível	2.663.503,72	3.636.749,10
Serviços	107,45	-
Total	17.993.412,71	16.660.659,25

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Transferências e Delegações Concedidas – Correspondem as Transferências Intragovernamentais, Intergovernamentais e aquelas destinadas a Instituições Privadas.

Descrição	2019	2018
Transferências Intragovernamentais	5.041.373,91	6.720.851,15
Transferências Intergovernamentais	3.323.679,50	4.856.656,10
Transferências a Instituições Privadas	1.066.702,14	1.720.134,55
Total	9.431.755,55	13.297.641,80

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As Transferências Intragovernamentais abrangem as transações realizadas entre unidades gestoras do Poder (TJPE) e do Estado de PE, relativas a transferências de bens móveis e imóveis, detalhadas no quadro a seguir:

Descrição	2019	2018
Bens Imóveis - Cessões Devolvidas	5.026.054,40	464.340,53
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	15.319,51	10.347,72
Bens Imóveis - Transferência entre Unidades Gestoras do mesmo órgão ¹	-	3.362.867,45
Bens Imóveis - Cessões Concedidas	-	2.883.295,45
Total	5.041.373,91	6.720.851,15

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se a registros que não influenciam no resultado do período, por apresentar o valor correspondente na VPA, conforme explicado na nota 1 desta DVP.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Já em relação às Transferências Intergovernamentais Concedidas, do montante de R\$ 3.323.679,50, R\$ 2.760.607,42 refere-se a cessão de 4 imóveis a municípios, R\$ 451.204,00 a doações de móveis para a União, R\$ 68.794,00 a doação de móveis a municípios e R\$ 43.074,08 a devolução de imóveis cedidos, pertencente a municípios.

As Transferências a Instituições Privadas, no valor de R\$ 1.066.702,14, evidenciam a despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes.

Nota 9 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Compreendem o Ajuste para Perdas, realizado na conta de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.4, como também a Desincorporação de Ativos.

Descrição	2019	2018
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	198.807,93	602.536,86
Doação de Bens Móveis ¹	993.080,79	376.354,35
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	61.065,58	292.760,05
Outras Baixas de Bens Móveis	31.028,00	7.950,00
Outras Desincorporações de Bens Móveis / Imóveis ²	-	961.002,13
Total	1.283.982,30	2.240.603,39

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Realizada para entidades sem fins lucrativos, bem como unidades do Poder Executivo federal, estadual e municipal. Registrada pelo valor líquido contábil que corresponde a avaliação realizada pelo setor de Patrimônio, para os bens considerados inservíveis / antieconômicos.

² Em 2018, refere-se a desincorporação de bens imóveis por demolição, remembramento, dentre outros. Já em 2019, refere-se a bens móveis.

Nota 10 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreendem as Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representado majoritariamente pela indenização concedida aos militares inativos da guarda patrimonial para a prestação dos serviços de segurança realizada nos prédios do Poder, no valor de R\$ 2.083.071,10.

5. Balanço Orçamentário





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera a diferença entre a receita prevista e a despesa fixada. O déficit deve ser informado apenas para a execução.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 1 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
13.727.936,64	1.489.971.311,47	(1.476.243.374,83)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira, do ressarcimento de pessoal cedido e com a receita da fonte de recurso FUNSEG incidente sobre emolumentos.

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 14.639.925,21.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b - c)
13.727.936,64	1.490.883.300,04	1.489.971.311,47	14.639.925,21

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Saldos de Exercícios Anteriores – O montante de R\$ 11.823.735,78 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2019 e representa aproximadamente 98% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, no valor de R\$ 12.123.153,75.

Nota 3 – Dotação Atualizada – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 126.823.816,23. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais no valor de R\$ 11.823.735,78, advindo de superávit financeiro, evidenciado na nota 2 acima, além do recebimento de R\$ 115.000.080,45, cuja fonte foi anulação de recursos do Poder Executivo, conforme Decretos nº 47.565/2019, 47.794/2019, 48.123/2019 e 48.191/2019.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Recursos do Estado)	Suplementação (Recursos do TJ)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b + c)
1.375.883.300,00	115.000.080,45	11.823.735,78	1.502.707.116,23

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – Despesas Empenhadas– Atingiram o montante de R\$ 1.489.971.311,47, correspondendo a 99,15% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 12.735.804,76. Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, não há diferença entre os valores das despesas empenhadas para as liquidadas.

5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2019, assim como em 2018, não há valores a serem apresentados a esse título.

5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

Todo o valor inscrito em Restos a Pagar Processado em 2018 foi pago no decorrer do exercício de 2019.

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida das deduções. Dessa forma, ressalta-se a dedução (restituições) de R\$ 120.548,83 nesse exercício.

Nota 2 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 35.166.564,68, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2018, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Saldo Final 31/12/2019	Saldo Final 31/12/2018	Resultado Financeiro 2019
(a)	(b)	(c) = (a - b)
90.862.813,16	55.696.248,48	35.166.564,68

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerente à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; c) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.490.883.300,04, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Correspondem à despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.220.533,51, inclusive restos a pagar pagos, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes.

Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final foram confrontados com aqueles da conta de mesmo nome do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, não sendo identificada nenhuma diferença.

Em atendimento ao item 2.3, Parte V do MCASP, segue no quadro abaixo a conciliação da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa com informações extraídas do Balanço Orçamentário.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração do Fluxo de Caixa	
Receitas Correntes Realizadas (Arrecadadas)	13.727.936,64
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	1.490.883.300,04
(-) Despesas Correntes Pagas	(1.487.857.315,53)
(-) Restos a pagar de 2018 pagos em 2019 ref. Atividades Operacionais	(1.663.232,63)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (i)</i> ¹	15.090.688,52
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (ii)</i>	-
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (iii) = (i) + (ii)	15.090.688,52

¹ Não considera as Transferências Concedidas informadas na DFC, pois estão contempladas nas despesas correntes pagas, já que tiveram também impacto orçamentário.

Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2019, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 20.075.876,16.

8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 16 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 65/2019, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborado o quadro abaixo referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Discriminação	Fontes			Total
	101000000 Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro)	121000000 Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	157000000 Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG ¹	
Saldo inicial 2019 (I)	11.823.735,78	299.417,97	-	12.123.153,75
Entradas (II)	1.499.705.233,02	11.517,16	5.015.035,33	1.504.731.785,51
Duodécimos Recebidos	1.490.883.300,04	-	-	1.490.883.300,04
Receitas Orçamentárias	8.821.932,98	11.517,16	5.015.035,33	13.848.485,47
Saídas (III)	1.490.089.353,51	-	2.506,79	1.490.091.860,30
Restituição de Receitas	118.042,04	-	2.506,79	120.548,83
Despesas Liquidadas	1.489.971.311,47	-	-	1.489.971.311,47
Saldo Final 2019 (IV) = (I+II-III)	21.439.615,29	310.935,13	5.012.528,54	26.763.078,96

¹ Lei Estadual nº 16.521/2018.
Fonte: e-Fisco Financeiro

Recife, 16/03/2020.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Presidente

